

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION

LA EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA INCLUSIÓN

Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas¹

RESUMO: Esse artigo buscou abordar os aspectos atinentes a educação especial na perspectiva da inclusão. Quanto a metodologia empregada para o embasamento do estudo, empregou-se revisão bibliográfica, método dedutivo, do tipo qualitativa, utilizou-se como materiais: livros, artigos e revistas, bem como, bancos de dados virtuais, dentre os quais: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. Os principais resultados encontrados apontam que nas últimas épocas, têm sido realizados diversos estudos no campo da educação, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem das pessoas com deficiência, contudo, os avanços nesse setor ainda são limitados. Conclui-se, que a Política de Educação Especial tem passado por importantes mudanças no decorrer dos anos, especialmente devido a novas leis, essas transformações tem possibilitado avanços relevantes na inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns. Diante do exposto, ao entender que a escola representa um ambiente de convivência, saber e educação, suas portas precisam estar receptivas à variedade, ao diálogo, à troca de ideias e à disponibilização de chances equitativas para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas. Dentro desse ambiente, os valores de igualdade e justiça coexistem e se concretizam quando a diversidade é respeitada por todos na prática da vida em comunidade.

2117

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Ensino. Aprendizagem.

¹Licenciada em Pedagogia pela UNIR-Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduada em Gestão Supervisão e Orientação Escolar pela AJES- Faculdade de Juína - MT. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Afirmativo – MT. Mestre em Ciência da Educação pela Universidad Internacional Tres Fronteras-UNINTER.Ciudad Del Est, Departamento de Alto Paraná-Paraguai. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción. UAA. Atuando na docência no Ensino Fundamental a 31 anos. Experiência no Ensino Superior da Faculdades Integradas de Ariquemes- FIAR. Experiência nas áreas de recursos humanos, Almoxarifado, também em Patrimônio pela na prefeitura do município de Corumbiara – RO. Trabalhou como Gerente de Projetos e Programas na Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes- RO, de janeiro de 2021 a dezembro de 2023. Atualmente Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Pingo de Gente - Ariquemes-RO. Autora do livro teórico: IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL PARA DOCENTES NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. (2017). Co-autora do livro teórico: Tecendo Saberes em Educação: Uma Reflexão para Novas Abordagens Educativas. (2016). Co-autora do Livro Didático: ARIQUEMES: Cidade da Gente. (2024).

ABSTRACT: This article sought to address aspects relating to special education from the perspective of inclusion. As for the methodology used to support the study, a bibliographical review, deductive method, of the qualitative type, was used as materials: books, articles and magazines, as well as virtual databases, among which: Scientific Electronic Library Online (Scielo) and Google Scholar. The main results found indicate that in recent times, several studies have been carried out in the field of education, especially with regard to the development of teaching and learning for people with disabilities, however, advances in this sector are still limited. It is concluded that the Special Education Policy has undergone important changes over the years, especially due to new laws, these transformations have enabled relevant advances in the inclusion of people with disabilities in regular schools. In view of the above, understanding that the school represents an environment of coexistence, knowledge and education, its doors need to be receptive to variety, dialogue, the exchange of ideas and the provision of equitable opportunities for the full development of human capabilities. Within this environment, the values of equality and justice coexist and are realized when diversity is respected by everyone in the practice of community life.

Keywords: Inclusion. Education. Teaching. Learning.

RESUMEN: Este artículo buscó abordar aspectos relativos a la educación especial desde la perspectiva de la inclusión. En cuanto a la metodología utilizada para sustentar el estudio, se utilizó como materiales una revisión bibliográfica, método deductivo, de tipo cualitativo: libros, artículos y revistas, así como bases de datos virtuales, entre las cuales: Biblioteca Electrónica Científica en Línea (Scielo) y Google Académico. Los principales resultados encontrados indican que en los últimos tiempos se han realizado varios estudios en el campo de la educación, especialmente en lo que respecta al desarrollo de la enseñanza y el aprendizaje de las personas con discapacidad, sin embargo, los avances en este sector aún son limitados. Se concluye que la Política de Educación Especial ha sufrido cambios importantes a lo largo de los años, especialmente debido a nuevas leyes, estas transformaciones han permitido avances relevantes en la inclusión de personas con discapacidad en las escuelas regulares. Por lo anterior, entendiendo que la escuela representa un ambiente de convivencia, conocimiento y educación, sus puertas deben ser receptivas a la variedad, el diálogo, el intercambio de ideas y la provisión de oportunidades equitativas para el pleno desarrollo de las capacidades humanas. En este entorno, los valores de igualdad y justicia coexisten y se realizan cuando la diversidad es respetada por todos en la práctica de la vida comunitaria.

Palabras clave: Inclusión. Educación. Enseñando. Aprendiendo.

INTRODUÇÃO

Cabe destacar, que “O termo inclusão está sendo adotado nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, com a ideia de dar um passo à frente do que pretendeu a proposta integradora, que não tem servido para dar respostas à diversidade que se origina no seio da comunidade como se havia pretendido [...]” (GONZÁLEZ MCO, 2005, p. 14).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2015), é importante reavaliar as carências emergentes das sociedades contemporâneas, especialmente aquelas relacionadas a uma educação de excelência e inclusiva, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou no ano de 2015, durante o Fórum Mundial de Educação, realizado na Coreia do Sul, a Declaração de Incheon, que resultou na Agenda 2030, a qual propõe uma nova abordagem educacional para os próximos quinze anos. Seu objetivo principal é assegurar o progresso humano e a satisfação das necessidades fundamentais do indivíduo por meio de um processo econômico, político e social. O texto ganhou destaque em escala global devido aos inúmeros desafios identificados nos países e ao comprometimento de cada nação signatária em elaborar estratégias para mitigar tais desafios.

Destaca-se, que tem ocorrido uma ampla demanda no âmbito da inclusão escolar de pessoas com deficiência, a fim de assegurar o acesso e permanência desses indivíduos em escolas regulares com atendimento especializado, ressalta-se que é necessário ofertar aos discentes com deficiência um ambiente que beneficie o seu desenvolvimento, e respeite suas peculiaridades, aprimorando o desenvolvimento escolar por meio do ensino-aprendizagem.

Sendo assim, quando se fala de educação para pessoas com deficiência, é importante considerar a concepção de Montilha RCI, et al. (2009), que afirma que os profissionais que trabalham na educação e na reabilitação de indivíduos deficientes devem conhecer suas demandas e compreender que essas necessidades ganham forma na relação entre as especificidades características dessas pessoas, bem como, as condições e os modos de ensino e aprendizagem que propiciem a sua inclusão escolar.

É fundamental as interações entre adultos e crianças no ambiente escolar, visto, que assim é possível proporcionar a interação, social, e a relação entre indivíduos com peculiaridades e necessidades especiais, desse modo, é essencial que as condições das escolas favoreçam a sua inclusão, a fim de ampliar as possibilidades de ações com foco na inclusão, melhorando o desempenho e o desenvolvimento escolar, facilitando a interação entre todos de forma equânime.

Diante desse contexto, é importante mencionar, que a escola é composta por equipes multidisciplinar, desse modo, “[...] o trabalho do professor dá sentido ao trabalho do pedagogo no interior da escola. Aponta seu objeto de ação e ajuda a refletir como desenvolver a ação” (COSTA VV, 2009, p. 142).

Desse modo, é imprescindível frisar, que o docente deve desenvolver atividades e ações adequadas para proporcionar a aproximação dos estudantes a partir das práticas sociais, facilitando assim a troca de informações entre esses indivíduos, demonstrando as melhores formas de solucionar e interpretar dados, bem como de observar e registrar descobertas dentre outras habilidades, almejando o aprimoramento do ensino-aprendizagem dos estudantes.

A elaboração do estudo se justifica pela importância de possibilitar a oportunidade de verificar como a educação especial tem proporcionado a inclusão dos estudantes com deficiência a partir da forma de ensinar e propor novas ideias para aprimorar o conhecimento desses indivíduos.

O objetivo do estudo é abordar os aspectos atinentes a educação especial na perspectiva da inclusão.

MÉTODOS

Quanto a metodologia empregada para o embasamento do estudo, empregou-se revisão bibliográfica, método dedutivo, do tipo qualitativa, utilizou-se como materiais: livros, artigos e revistas, bem como, bancos de dados virtuais, dentre os quais: *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e Google Acadêmico. Os arquivos foram selecionados a partir das palavras chave: Inclusão. Educação. Ensino. Aprendizagem.

2120

Foram utilizados os estudos em língua portuguesa, mas, questões éticas relacionadas à aprovação do estudo por comitê de ética em pesquisa, destaca-se, que não houve a necessidade de aprovação, tendo em vista, que o método dedutivo empregou estudo já publicados, logo, para o levantamento de dados não há pesquisa direta com seres humanos ou animais. Não foram empregados procedimentos analíticos para trabalhar com os dados, visto, que é um estudo de revisão bibliográfica, logo não houve pesquisa direta com seres humanos ou animais.

RESULTADOS

O começo do século XXI é um ponto crucial na história da Educação Profissional para indivíduos portadores com deficiência no Brasil. Mesmo sem ligação direta a movimentos sociais, é evidente que essa iniciativa estava relacionada às batalhas sociais do século XX, visando garantir um lugar de valorização para essas pessoas que buscavam oportunidades de trabalho, possibilitando-as a conquistar independência e autonomia em suas vidas (NOGUEIRA LMA, ROCHA JM e SILVA LLS, 2017).

No decorrer do século XX, surgiu um movimento social em prol das pessoas portadoras com deficiência, trazendo consigo informações que questionavam as verdades absolutas e os preconceitos existentes. Com o início do século XXI, é possível observar avanços significativos para esse grupo, impulsionados por regulamentações e políticas criadas para atender suas necessidades. Essas conquistas resultaram na criação de espaços conquistados socialmente ao longo dos anos, que reconhecem os direitos e garantias das pessoas com deficiência (NOGUEIRA LMA, ROCHA JM e SILVA LLS, 2017).

Não há dúvidas de que a escola não pode ser vista como um ambiente sem posicionamento, ela deve ser reconhecida como um local de debate político e democrático para todos. Nesse sentido, seguindo o pensamento de Freire, é fundamental transformar a pessoa com deficiência de um indivíduo oprimido em um sujeito crítico e reflexivo. Por esta razão, do ponto de vista da educação, isso se mostra viável. No entanto, é fundamental não apenas receber os estudantes com deficiência nas escolas, mas também trabalhar arduamente pelo desenvolvimento de todos os alunos (GEMAQUE NMP e RICETTI RM, 2021).

O surgimento do conceito de educação inclusiva foi em 1994, por meio da Declaração de Salamanca. O objetivo é garantir que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas no ambiente escolar regular. A ideia da inclusão representa uma mudança na perspectiva ocidental, que busca evitar a separação das crianças com deficiência das demais. Sob o aspecto pedagógico, essa integração promove a interação entre todos os alunos, favorecendo o desenvolvimento conjunto. Contudo, muitas vezes as escolas encontram dificuldades para incluir crianças com deficiência devido à necessidade de oferecer condições adequadas para elas (MENDONÇA AAS, 2013).

Em 1999 foi promulgado o Decreto número 3.298, que em seu artigo 3º, estabelece a diferenciação entre incapacidade, deficiência e deficiência permanente descritas da seguinte forma:

- I – deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
- II – deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
- III – incapacidade que é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Ao abordar as condições e modos do processo de ensino-aprendizagem para pessoas com deficiência é importante ter como base os aspectos teóricos da psicologia histórico-cultural, que na concepção de Vygotsky LS (1997), está relacionado com as relações de ensino aprendizagem que levem em consideração o papel constitutivo executado pelo outro e pela linguagem, no desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais. Em relação ao desenvolvimento humano como processo social, entende-se que o desenvolvimento da pessoa com necessidade especial ocorre a partir de suas relações com o meio social, de suas atividades sobre ele. Desse modo, “[...] observa-se que o sujeito da inclusão é visto como fora da linha da normalidade, e é compreendido de modo como se a diferença não fosse algo intrínseco ao processo de educação” (PAULA TE e LOGUERCIO R, 2021, p. 01).

GONÇALVES HB e FESTA PSV (2013), todos têm direitos perante a lei, os deficientes ou não de necessidades especiais, ao acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e demais recursos que lhes são imprescindíveis ao pleno desenvolvimento e convívio em sociedade como ser humano.

O direito de cada indivíduo à educação é garantido pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo responsabilidade do Estado e da família promovê-la. O objetivo da educação é garantir o desenvolvimento completo do ser humano, sua preparação para ser um cidadão atuante e sua qualificação para o mercado de trabalho. O acesso ao ensino deve ser assegurado a todos, independentemente de sua condição social, porém isso nem sempre foi uma realidade. Muitas escolas costumavam rejeitar alunos com deficiência, negando-lhes o direito à educação. Mas, essa situação tem mudado e o governo brasileiro tem estabelecido metas e estratégias para promover uma educação inclusiva e de qualidade. A história da inclusão educacional no Brasil teve início nos anos 70, quando algumas escolas passaram a acolher alunos com deficiência, desde que pudessem se adaptar ao currículo da instituição (NOGUEIRA JR, et al, 2016).

Vale ressaltar que a integração dos alunos na escola tem trazido novos desafios para a área da educação, portanto, é fundamental adotar uma nova abordagem, implementar novas estratégias e estabelecer novos objetivos de aprendizagem. Além disso, é importante destacar que, com a promoção da inclusão, surgiu a Psicopedagogia para preencher a lacuna entre o atendimento clínico e/ou psicológico de pessoas com deficiência e a educação dos alunos com deficiência (GEMAQUE NMP e RICETTI RM, 2021). Ressalta-se, que “Nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes,

e, por sua vez, tornar-se produtor de seu próprio saber” (MIRANDA TG e GALVÃO FILHO TA, 2012, p. 12).

Dentro desse contexto, Battisti AV e Heck GMP (2015), afirmam que é crucial a colaboração entre escola, comunidade e família para garantir a efetiva inclusão escolar do estudante com deficiência. Além disso, é necessário realizar adaptações no currículo para incentivar a autonomia do aluno e superar suas dificuldades sociais, promovendo assim a construção de novos conhecimentos e comportamentos.

Para adquirir conhecimento é fundamental receber incentivo, e isso é válido para todas as idades. Contudo, na fase inicial da educação, principalmente nos primeiros anos do ensino básico, torna-se crucial a avaliação do caráter e dos hábitos quando vivemos em comunidade. Consequentemente, pode-se ressaltar que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência (com deficiência) e/ou suas organizações nos níveis local, nacional, regional e internacional, devem ser incluídas no processo decisório em todas as etapas de planejamento, implementação, monitoramento (supervisão) e avaliação de políticas e programas de atendimento à pessoa deficiente (SASSAKI RK, 1999, p. 12).

A trajetória histórica da educação especial no Brasil teve início no século 19, quando os serviços voltados para esse grupo da sociedade, inspirados em práticas dos Estados Unidos e da Europa, foram introduzidos por alguns brasileiros interessados em organizar ações individuais e privadas para auxiliar pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas iniciativas não faziam parte das políticas públicas de educação e somente após cerca de cem anos é que a educação especial começou a fazer parte do sistema educacional brasileiro. Foi somente nos anos 60 que essa forma de ensino foi oficialmente estabelecida, sendo chamada de "educação dos excepcionais" (MATOAN MTE, 2011).

A inserção de todos, em diversos contextos, por exemplo, acesso nas instituições educacionais, no ambiente de trabalho, nas construções, etc., continua sendo um obstáculo, mesmo nos dias atuais. No entanto, é possível identificar uma crescente tendência à aceitação dos princípios inclusivos em nossa sociedade (TAVARES LHW e CAMARGO ÉP, 2010). Diante desse contexto, ressalta-se que:

[...] a educação assume as funções: social, cultural e políticas, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelecem com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora (SILVA PF, JESUS ICO e FARIAS GF, 2019, p. 174).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a inclusão educacional busca promover a aceitação, convivência e valorização da contribuição de cada aluno, bem como, a aprendizagem vista de forma social. Dessa maneira, inserir o estudante com deficiência na sociedade e na escola é um desafio que requer sensibilidade dos gestores, funcionários, comunidade escolar, família e professores. É fundamental destacar, que o foco da educação deve ser o processo de aprendizagem, e não apenas os resultados, pois nem sempre estes são alcançados conforme o esperado. Portanto, é essencial analisar cuidadosamente o comportamento desses alunos para compreender seus estímulos positivos e negativos, a fim de intervir da melhor maneira possível (SILVA KJ et al., 2013).

Entre 1850 e 1920, notou-se um crescimento significativo no número de instituições segregadoras, que funcionavam em paralelo ao sistema educacional convencional, levando à exclusão dos indivíduos considerados diferentes. Foi a partir dos anos 1890 que se começou a questionar a eficácia do modelo segregacionista na educação de pessoas com deficiência, uma vez que não proporcionava oportunidades de independência e integração social. Além disso, esse período foi essencial na construção do discurso de invalidez, incapacidade e inferioridade das pessoas com deficiência, uma vez que as instituições perpetuavam o estigma desses indivíduos como seres anormais, desviados e dependentes da caridade alheia (MAZZOTA MJS e D'ANTINO MEF, 2011).

A educação e o conhecimento são essenciais para o progresso do ser humano, exigindo uma constante supervisão e acompanhamento para que a pessoa seja auxiliada da melhor maneira em suas demandas de aprendizado, o que também abrange a avaliação desse processo educacional. Logo, a fim de atender a demanda das pessoas com deficiência, deve-se levar em consideração que: “as reorientações curriculares são motivadas pelas novas exigências que o mundo do mercado impõe aos que nele ingressarão” (COSTA VV, 2009, p. 141).

O ensino é o conjunto de iniciativas, elementos e forças que atuam sobre o indivíduo a fim de capacitá-lo para a convivência na sociedade. Nesse pressuposto, seu objetivo é moldar um ser completo, abrangendo o aprimoramento da personalidade nos campos físico, intelectual, emocional e ético, visando proporcionar aos sujeitos as habilidades e competências essenciais para a vida em comunidade, ou seja, sua interação com a realidade circundante (ROSÁRIO MB, 2009), já na concepção de Motta EO (1997, p. 75) “[...] a educação é a manifestação cultural que, de maneira sistemática e intencional, forma e desenvolve o ser humano”.

Destaca-se que a assinatura da "Declaração de Salamanca" em 1994 por diversos países foi um marco significativo. Esse documento estabeleceu a transformação das instituições educacionais em "escolas para todos", tendo como princípio fundamental a inclusão de todos os alunos em seu ambiente educativo e comunitário, como indivíduos autônomos inseridos em um contexto sociocultural e histórico específico. A necessidade de uma abordagem pedagógica voltada para a diversidade e necessidades individuais dos estudantes em diversos aspectos é evidente, incluindo a aplicação de diferentes estratégias pedagógicas que possam beneficiar a todos os alunos (SILVA PF, JESUS ICO e FARIAS GF, 2019).

Nesse contexto, cabe enfatizar, que para o ensino dos alunos com deficiência, é essencial adotar “[...] critérios essenciais para a promoção da qualidade na educação e realização da avaliação qualitativa a superação da situação de fracasso em que encontram os alunos que não conseguem alcançar, por variados motivos, o sucesso escolar” (COSTA VV, 2009, p. 131), logo, no aspecto atinente a inclusão, torna-se relevante uma avaliação continuada, a fim de observar as dificuldades e as limitações de cada estudantes, tais práticas são importante para desenvolver a personalidade do indivíduo.

Diante dessa perspectiva, é fundamental criar um sistema educacional flexível que possa atender às diversas necessidades e demandas de todos os alunos, garantindo o sucesso de cada um deles. Dessa forma, é importante destacar um ponto crucial e revelador presente no referido documento, o qual se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais permanentes, ressaltando a importância de sua prioridade nas matrículas. Portanto, as escolas não devem recusar a matrícula ou inscrição de qualquer aluno com base em sua incapacidade ou necessidades educacionais especiais (ALEXANDRE JMD, 2010).

É evidente que a inserção gera um certo desequilíbrio na composição educacional, já que, mesmo que as escolas estejam bem estruturadas, frequentemente resultam em algum tipo de segregação. A quantidade de materiais escolares necessários é tão alta que acaba subjugando alunos, professores e pais a um sistema que nem sempre leva em consideração as características e interesses dos estudantes (ARAÚJO GAS, 2014).

A sociedade ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados, como por exemplo, a falta de preparo dos professores para lidar com esses alunos de forma inclusiva, a inexistência de rampas e banheiros adequados, a falta de recursos educacionais adaptáveis às necessidades individuais de cada aluno, e a necessidade de suporte de diversas áreas, incluindo

psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, para potencializar esse trabalho (ARAÚJO GAS, 2014).

Portanto, para garantir a inclusão de pessoas com deficiência na instituição escolar, é fundamental que os profissionais que nela atuam possuam uma formação especializada, que lhes permita compreender as necessidades e as potencialidades desses alunos. Esse aprendizado deve ser adquirido ao longo da formação desses profissionais, em especial dos professores que lecionam no ensino fundamental (SILVA MCBL e BROTHERHOOD RM, 2009).

A integração social tem sido um desafio significativo em meio à globalização, trazendo consigo impactos em diversas áreas. A diminuição das disparidades sociais é um tema em destaque anualmente em estudos científicos variados, mostrando a importância de uma sociedade verdadeiramente inclusiva que valorize cada vez mais a participação de todos os grupos (SIQUEIRA DP e SIQUEIRA DP, 2013).

Quando se fala do ensino aprendizagem de pessoas com deficiência, Costa VV (2009), menciona que é fundamental que os educadores estejam engajados em proporcionar oportunidades de ensino e aprendizagem eficazes e libertadoras para uma sociedade cada vez mais variada culturalmente.

Também é essencial desenvolver materiais e recursos educativos que ajudem a elaborar e implementar atividades. Dessa forma, é importante entender que um dos caminhos para a inclusão de pessoas com deficiência não ocorre apenas durante a formação de professores, mas também na contratação de profissionais da área de educação especial e na criação de um ambiente especializado, que devem obrigatoriamente estar plenamente funcionais nas instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas (PASIAN MS, MENDES EG e CIA F, 2017).

Ressalta-se, que o educador e a escola continuam sendo os principais responsáveis por esse estudante, enquanto a mediadora se concentra nas necessidades específicas desse aluno, visando sempre integrá-lo às atividades da sala de aula, sem sugerir atividades divergentes. Além disso, o papel dessa intermediadora também é auxiliá-lo na socialização, que é uma das principais dificuldades enfrentadas pelo estudante com deficiência. A colaboração entre professores, mediadores e familiares tem gerado resultados significativos na autonomia dos alunos, bem como em seu desenvolvimento em geral (PLETSCH MD e LIMA MFC, 2014).

É fundamental que os órgãos públicos viabilizem recursos, métodos pedagógicos, estímulo para o aprimoramento constante da equipe interdisciplinar, bem como suporte às

instituições de ensino. A transformação de postura dos envolvidos no sistema educacional é essencial para que a integração de crianças com necessidades especiais na escola seja efetiva, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (MATTOS EHM, SOUZA MF e AVELAR KES, 2019).

A partir da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação em 2008, ficou definido que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que são o foco da Educação Especial, tinham o direito de frequentar a sala de aula regular e, se necessário, receber apoio educacional diferenciado em horário oposto ao das aulas normais. No entanto, é importante ressaltar que esse direito já estava assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (NOGUEIRA LMA, ROCHA JM e SILVA LLS, 2017).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi divulgado, contendo vinte objetivos para aprimorar a educação no Brasil. A meta número quatro trata da Educação Inclusiva, assegurando às pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino. O texto apresenta uma dualidade na concepção da Educação Inclusiva, ao mencionar a preferência pela rede regular de ensino, o que pode incentivar matrículas em escolas especiais, enquanto também defende a necessidade de um sistema educacional inclusivo, com salas de recursos multifuncionais, classes e escolas especializadas, públicas ou conveniadas. O princípio da Educação Inclusiva é oferecer suporte individualizado para os estudantes, buscando assim um espaço adequado para suas necessidades no ambiente escolar (PAULA TE e LOGUERCIO R, 2021, 2021).

Assim sendo, o acompanhamento constante e sistemático da prática educativa, de forma cooperativa, contribui para o êxito da educação inclusiva a partir da colaboração entre o ensino regular e o ensino especial, assegurando que o docente da turma possua o suporte de um professor com expertise na área de necessidades educacionais especiais (PLETSCH MD, 2010).

Ao longo das eras, a instituição educacional passou por mudanças no que diz respeito à importância da escrita. Ela passou de um elemento social a um elemento puramente acadêmico, negligenciando suas funções extracurriculares. É imprescindível destacar que a escrita é fundamental nas escolas não apenas por sua relevância fora delas, mas também por precisar ser reintegrada aos métodos de ensino. Claramente, a escola assumiu o papel de guardião desse elemento central da linguagem escrita, exigindo um respeito absoluto por parte dos alunos no

processo de aprendizagem, que deve ser encarado como algo a ser admirado e reproduzido com fidelidade, sem modificar sua essência. Portanto, a valorização das pessoas com deficiência é crucial no ambiente escolar, uma vez que a escola deve seguir rumo à inclusão, independentemente do tipo de deficiência que os alunos possam apresentar (FERREIRO E, 2010).

A preparação de professores para a prática da educação inclusiva deve ser embasada em estudos do conhecimento científico já obtido sobre as capacidades e talentos requeridos para trabalhar nessa direção, ou seja, seu treinamento deve ser pautado na reflexão e na inovação. O educador deve estar apto para escolher os temas a serem abordados, planejar estratégias e métodos diversos a fim de atender de forma eficiente a todos os estudantes (POKER RB, 2003).

Atualmente, a concepção da inclusão parte do pressuposto de reconhecer e valorizar a diversidade na sociedade. Isso implica assegurar que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, independente das características individuais de cada pessoa ou grupo. Antigamente, o currículo escolar se baseava nas necessidades e habilidades acadêmicas dos estudantes, resultando na exclusão de crianças pobres e em situação de vulnerabilidade para ambientes segregados. As salas especiais no final do corredor tornaram-se comuns nas escolas públicas, onde os professores da educação regular viam aqueles que trabalhavam com a educação especial como detentores de habilidades especiais. Esse pensamento defensivo levou à criação de "pequenos prédios escolares vermelhos para alunos excepcionais" dentro dos terrenos das escolas tradicionais, excluindo-os ainda mais (SILVA VFA, PINTO WCS e PEIXOTO SPL, 2013).

A educação inclusiva está se tornando cada vez mais desafiadora, não apenas para as instituições de ensino, mas também em todos os setores da sociedade. Isso porque o direito à educação não se resume apenas ao acesso garantido na inscrição do aluno na escola, mas também envolve a participação, o aprendizado e o desenvolvimento como indivíduo. Dessa maneira, pesquisas destacam questões fundamentais para a implementação de práticas inclusivas na comunicação e educação de estudantes surdos, com enfoque especial na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ferramenta essencial (BARBOSA MO, et al., 2016).

Os educadores apontam diversos obstáculos que encontram ao tentar promover a inclusão de alunos nas escolas. Pode-se perceber que apesar de se falar muito sobre a inclusão de alunos especiais, para esses professores as dificuldades são variadas e podem resultar em um trabalho não tão adequado para o processo inclusivo. Isso evidencia que ainda existem muitos desafios que dificultam o trabalho realizado pelos professores. Portanto, o professor não deve se

acomodar, mas sim buscar manter sua formação continuada sempre ativa, incorporando novos conhecimentos à sua prática pedagógica. Dessa maneira, estará apto a lidar com alunos especiais e integrá-los no contexto da educação inclusiva (SOUSA MJS, 2015).

Nos dias atuais, as leis que orientam a educação especial garantem que pessoas com deficiência tenham acesso, permanência, participação e aprendizado nas escolas convencionais. Devido à alta demanda de alunos com deficiência nas escolas regulares atualmente, a inclusão escolar tem sido amplamente debatida em todas as áreas e tipos de ensino. Apesar das leis e políticas públicas apoiarem a educação para pessoas com deficiência, especialmente no ensino regular, é essencial que as instituições educacionais reavaliem suas abordagens e práticas pedagógicas para garantir que todos os discentes tenham oportunidades de aprendizado (MONTEIRO SMF, 2023).

Segundo Montilha RCI, et al. (2009), no âmbito da educação de crianças com necessidades especiais, é essencial que os profissionais envolvidos tenham um entendimento profundo das necessidades desses indivíduos. Além disso, é importante considerar a interação entre as características específicas de cada criança e os métodos de ensino e aprendizagem oferecidos, de forma a promover sua inclusão efetiva no ambiente escolar.

A integração na sociedade ainda é limitada, sendo um procedimento moroso e complicado, no entanto, não é algo impossível de ser alcançado. Não existe uma única solução, sendo a boa convivência familiar, o respeito do meio social, a empatia e o apoio de todos de extrema importância para o progresso das pessoas, resultando em bem-estar, autoestima elevada e alívio emocional. As normas e políticas públicas estão estabelecidas, porém frequentemente apresentam falhas na prática, tornando a empatia (a capacidade de se colocar no lugar do próximo) o melhor caminho para a integração social, não apenas para combater o preconceito, mas também para eliminar o egoísmo e as disparidades entre os indivíduos, já que o que muitas pessoas ainda precisam é aprender a ser mais humanas (PARRA AC, et al., 2012).

Dessa forma, ao abordar a integração de alunos com necessidades especiais, deve-se considerar um aspecto que favorece o progresso do indivíduo. A educação inclusiva engloba uma série de componentes, ações e consequências que visam promover o desenvolvimento completo do aluno com deficiência. Além disso, a inclusão também contribui para combater a exclusão em relação aos benefícios de uma vida em comunidade, que frequentemente é a realidade enfrentada por pessoas com deficiência (ARAÚJO GAS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a leitura das obras referenciadas, verificou-se, que uma escola verdadeiramente inclusiva, vai além de proporcionar um ambiente que possibilite a esses discentes interagir plenamente na sociedade com as devidas adaptações essenciais para a sua mobilidade e bem-estar. Além disso, é essencial capacitar os docentes e profissionais para promover uma convivência coletiva que faça com que todos os educandos se sintam parte de um grupo, pois esse sentimento de pertencimento é fundamental para o desenvolvimento efetivo de cada indivíduo.

Nessa senda, ao refletir sobre o papel da instituição escolar na educação inclusiva, ficou evidente que cabe a escola se estabelecer como um dos pilares da formação do indivíduo e do futuro profissional que será inserido no mercado de trabalho, desse modo, torna-se imprescindível proporcionar uma formação que capacite os educandos a participarem ativamente das decisões e ações no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JMD. A CRIANÇA COM AUTISMO: os desafios da inclusão escolar. Projeto (Mestrado) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação. Lisboa. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48577994.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

2130

ARAÚJO GAS. A interface da Psicopedagogia frente à inclusão na educação infantil. Monografia (Graduação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: UFPB. 2014 Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4407/1/GASA1109201.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BARBOSA MO, et al. Um contexto de inclusão escolar de estudantes surdos em escola regular no sertão alagoano. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, set./dez. 2016, p. 176-192.

BATTISTI AV, HECK GMP. A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: teoria e prática. Monografia (Graduação) a Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó. 2015.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DOU de 21.12.1999.

COSTA VV. O trabalho do pedagogo nos espaços educativos. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2009.

FERREIRO E. Reflexões sobre Alfabetização. 25 ed. São Paulo: Cortez, Coleção questões da nossa época; v.6. 2010.

GEMAQUE NMP, RICETTI RM. O papel do psicopedagogo na educação inclusiva. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uninter.com/itstream/handle/1/992/opapel~1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GONÇALVES HB, FESTA PSV. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. Ensaios Pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. ISSN 2175-1773, dezembro de 2013.

GONZÁLEZ MCO. Evolución histórica de la atención a las necesidades educativas especiales: una perspectiva desde la universidad. In: Congreso Nacional Sobre Universidad Y Discapacidad, 1., Salamanca, ES, nov. 2005, p. 11-14.

MAZZOTA MJS, D'ANTINO MEF. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 20, n.2, 2011, p.377-389.

MATTOS EHM, SOUZA MF, AVELAR KES. A integração e inclusão de crianças com deficiência nas escolas sob o viés dos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Rev. Augustus. Rio de Janeiro, v.24, n. 49, 2019, p. 88-99.

MENDONÇA AAS. ESCOLA INCLUSIVA: barreiras e desafios. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação; II Congresso Internacional trabalho docente e processos educativos e; II Simpósio de Ética em Pesquisa. 21 a 25 de outubro. 2013.

2131

MIRANDA TG, GALVÃO FILHO TA. O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: formação, práticas e lugares. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2012, 491 p.

MATOAN MTE. A educação especial no brasil: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade - LEPED/Unicamp. 2011.

MONTEIRO SMF. Diferentes olhares sobre a inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo em escola regular. Cadernos da Fucamp, v.22, n.59, 2023, p.125-141.

MONTILHA RCI, et al. Percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização. Paidéia (Ribeirão Preto), Dez, vol.19, nº 44, 2009. p.333-339.

MOTTA EO. DIREITO EDUCACIONAL NO SÉCULO XXI: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Brasília: Unesco. 1997.

NOGUEIRA LMA, ROCHA JM, SILVA LLS. A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: o que dizem os indicadores? In: A reforma do ensino médio (LEI 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional Natal, RN – 24 a 27 de julho de 2017 – Campus Natal Central – IFRN.

NOGUEIRA JR, et al. Projeto Pedagógico- Educação Inclusiva. São Luís, Governo do Estado do Maranhão. 2016.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Education for all: the cost of accessibility. Washington, DC. 2015. Disponível em: <https://policytoolbox.iiep.unesco.org/library/wbxrjwsh>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PARRA AC, et al. O desafio da inclusão social no Brasil. Mal-Estar e Sociedade - Ano V - n. 9 - Barbacena - junho/dezembro, 2012, p. 29-42.

PASIAN MS, MENDES EG, CIA F. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: aspectos da formação do professor. Cadernos de Pesquisa, v.47, jul./set. 2017. n.165 p.964-981.

PAULA TE, LOGUERCIO R. A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: formação de discursos. SciELO. 2021.

SIQUEIRA DP, SIQUEIRA DP. Educação, inclusão e pessoa com deficiência visual na educação básica: Um paradoxo necessário. 2013. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7130. Acesso em: 06 jun. 2024.

POKER RB. Pedagogia inclusiva: nova perspectiva na formação de professores. Educação em Revista, Marília, n.4, 2003. p.39-50.

2132

PLETSCH MD, LIMA MFC. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: Um Olhar Sobre A Mediação Pedagógica. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: práticas em diálogo. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP/UERJ, 21 a 23 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-pletsch_e_lima.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

PLETSCH MD. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau Educ. 2010.

ROSÁRIO MB, DIEGUEZ GK. Etimologia. 2024. Disponível em: www.estacio.br/rededeletas/numero19/minha_patria/texto2.asp. Acesso em: 06 jun. 2024.

SASSAKI RK. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA. 1999.

SILVA PF, JESUS ICO, FARIAS GF. O papel da psicopedagogia na educação inclusiva. Revista Psicologia & Saberes, 8(12), 2019. 172-180.

SILVA KJ, et al. A importância do papel do professor frente a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (TEA). In: V Congresso Nacional de Educação (CONEDU). 2013.

Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/trabalho_ev117_md4_sar0_id2588_17092018182124.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA MCBL, BROTHERHOOD RM. Autismo e inclusão: da teoria à prática. In: V ECPP, Maringá, out. 2009. Disponível em: http://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA VFA, PINTO WCS, PEIXOTO SPL. A realidade da inclusão escolar na rede pública de ensino voltada para as pessoas com necessidades especiais. Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió, v. 1, n.3, 2013. p. 67-80, nov.

SOUSA MJS. PROFESSOR E O AUTISMO: desafios de uma inclusão com qualidade. Monografia (Especialização) Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF. 2015.

TAVARES LHW, CAMARGO ÉP. Inclusão Escolar, Necessidades Educacionais Especiais e Ensino de Ciências: Alguns Apontamentos. 2010.

VYGOTSKY LS. Oras Escogidas. Fundamentos de Defectologia. Madrid: Visor, Vol. 5. 1997.